



Classes sociais: abordagens clássicas e desenvolvimentos contemporâneos

Ilan Lapyda

1º semestre 2014

Introdução

Devido à sua importância para, entre outras coisas, a compreensão das relações de poder/dominação e de exploração existentes numa sociedade, o modo de se conceber as divisões sociais (classes) constituiu-se em um tema clássico da sociologia. Não é de surpreender, assim, que o debate tenha assumido contornos bem distintos ao longo do tempo. A relevância de uma discussão conceitual é tanto maior na medida em que o termo “classe” é entendido de modos muito diferentes por cada autor e cada utilização possui implicações políticas bastante diferentes – levando a uma valorização ou minimização dos conflitos.

É possível distinguir dois modos de se pensar os grupos sociais que nos parecem fundamentais para a discussão sociológica. A primeira é através de *camadas* sociais, tendo como base variáveis simples – como renda, consumo de bens e escolaridade – ou índices, muitas vezes de natureza estatística/quantitativa, para definir os grupos. Essa modalidade, que no limite possui o caráter de classes econômicas *strictu sensu*, tem a vantagem de ser relativamente mais simples de ser construída e de fornecer um panorama da realidade social. Por outro lado, ela se mostra relativamente “fraca” em termos sociológicos, pois diz pouco sobre as relações sociais mais profundas, na medida em que pode até fornecer informações sobre hábitos de consumo e estilos de vida, ou até mesmo *apontar* para uma hierarquia de poder, mas não revela, pelo menos não imediatamente, os vínculos sociais orgânicos que relacionam os diferentes grupos.

Como resume Jessé Souza (2013, p.56):

Certamente, a economia tem muito a contribuir para o esclarecimento da realidade social confusa. Mas ela 'aparenta' dar mais coisas do que efetivamente dá. Aí temos o economicismo: uma visão empobrecida e amesquinhada da realidade, como se fosse toda a realidade social.

A segunda modalidade define propriamente classes *sociais* ao buscar apreender as relações mútuas de dependência e de determinação entre os grupos. O foco, nesse caso, é a dinâmica das relações e organização sociais. A questão do conflito social fica, por conseguinte,



mais em evidência e tem suas origens e formas de manifestação mais bem fundamentadas. Nesse sentido, o interesse sociológico é maior, embora muitas vezes seja mais complexo de se identificar empiricamente os grupos em questão.

Isto posto, parece importante passar em revista os modos pelos quais alguns autores clássicos e contemporâneos entendem as divisões sociais, tendo em mente as duas modalidades apontadas acima. Além disso, analisando autores clássicos e contemporâneos, podemos ver como estes retomam ou se afastam daqueles para compreender o mesmo problema a partir das transformações pelas quais as sociedades industrializadas passaram ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945).

Perspectivas clássicas: Marx e Weber¹.

Em um texto dedicado especificamente ao tema, Max Weber afirma explicitamente que ele se refere às relações de poder entre os grupos sociais: "Fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade são, então, as 'classes', os 'estamentos' e os 'partidos'" (WEBER, 2004, p.176)². Porém, completa o autor, como há diferentes tipos de poder, existem classificações distintas para os grupos sociais cujas lógicas respectivas por vezes conflitam entre si.

Nas sociedades estruturadas pelo mercado, tenderiam a predominar os conflitos no plano econômico mais estrito, de modo que Weber propõe compreender a divisão social em termos de "classes" ou, mais precisamente, de "situações de classes"³. Estas possuem como determinante fundamental, e mesmo exclusivo, a competição dos indivíduos pelo acesso aos bens materiais (econômicos) e pela obtenção de renda segundo as leis do mercado (tanto de bens como de trabalho), que definem, assim, a posição *objetiva* dos indivíduos na hierarquia social (aproximando-os ou afastando-os uns dos outros). O critério para a formação dos grupos sociais nesse caso são, portanto, os determinantes econômicos das oportunidades de vida dos indivíduos (WEBER, 2004, p.176), ou seja, o acesso, ou não, aos bens disponíveis no mercado e à renda.

Sob essa ótica, Weber, embora não use dados estatísticos de renda, etc., se aproxima em alguma medida da visão ao estilo de camadas sociais, já que o critério principal é, em suma,

¹ Optou-se por sistematizar as teorias de Marx e Weber uma vez que parece correta a seguinte observação: "É possível afirmar que toda a produção teórica nas áreas de estratificação, classes e mobilidade foi, e é, informada pelas teorias de Marx e Weber" (SCALON, 1998).

² O texto mencionado não foi terminado, deixando incompleta a exposição sobre os partidos. Dessa forma, apenas as classes e os estamentos serão tratados aqui.

³ Devido ao seu individualismo metodológico, Weber prefere falar em indivíduos inseridos em situações de classe, atenuando, assim, o peso da classe na determinação das ações sociais.



o poder aquisitivo dos indivíduos e sua fonte. Isso é ainda reforçado pela perspectiva metodológica do autor centrada nos indivíduos: a classe é o conjunto daqueles que estão em uma mesma “situação de classe”, o que significa que esta não implica necessariamente uma “ação de classe”⁴. O interesse particular de cada um pode variar o suficiente para que não se estabeleça uma ação coletiva baseada na classe.

O que aproximaria Weber da segunda modalidade de concepção das classes (sociologicamente mais forte) seria o fator propriedade/ausência de propriedade anunciado pelo autor como um componente fundamental de clivagem social. A privação das classes subalternas do acesso aos bens pelas classes dominantes seria um motivo provável (embora incerto) para um conflito social ligado ao interesse econômico que vincula sociologicamente uma classe à outra. Essa conexão conflituosa entre as classes poderia originar uma “ação de classe” de forma a que se travem então “lutas de classes”⁵.

O mesmo pode ser dito quanto aos “estamentos” – uma divisão da sociedade que se dá no plano social, segundo o autor. Se as classes dizem respeito à produção e aquisição de bens pelos indivíduos, os estamentos se diferenciam entre si pelo modo de *consumo* de bens; estão baseados em estilos e modos de vida diferenciados. Nesse caso, o mercado já não é o que estrutura as relações de poder, mas sim a disputa em torno da “honra social”. Formam-se, portanto, comunidades geralmente mais fechadas que as classes: os indivíduos têm, em princípio, menos possibilidade de transitar entre os estamentos⁶.

Por conseguinte, a competição por bens simbólicos e materiais e seu consumo efetivo definem *estilos* distintos de vida que são próprios de cada estamento. Através, portanto, de uma “estilização da vida” e de uma condução específica do comportamento, constitui-se uma hierarquização baseada na honra e no prestígio. Em termos mais sociológicos, estamentos superiores possuem um predomínio baseado numa valoração social positiva decorrente de uma interdição imposta aos outros estamentos devido ao seu monopólio de consumo. Isso se traduz em uma dominação que pode adquirir inclusive dimensão jurídica⁷ e gerar conflitos agudos entre estamentos.

⁴ Percebe-se, nesse ponto, uma discussão implícita com certos marxistas. Weber critica a pressuposição de que há interesses inerentes às classes que gerariam necessariamente conflitos de classe e, por conseguinte, uma ação organizada de classe.

⁵ Termos em aspas, pois são do próprio Weber (2004).

⁶ O caso limite disso são as “castas”, em que o fator étnico praticamente impossibilita qualquer fluidez (WEBER, 2004, p.181). Isso não significa, contudo, que seja simples mudar de classe, uma vez que as leis do mercado são bastante rígidas.



Karl Marx, por sua vez, talvez seja o autor mais consagrado pelo uso do termo "classe". De fato, apesar de não ter um texto ou teoria sistematizados sobre o conceito, o autor confere uma centralidade ímpar a este no conjunto de sua obra. A ideia de "casta" e de "estamento" são muito menos importantes aqui do que na teoria de Weber. Para Marx, tratar-se-ia de conceitos relativos a momentos específicos da história: o primeiro, a certas formações pré-capitalistas e com determinada divisão do trabalho; o segundo é próprio do modo de produção feudal. Ambos estariam, não obstante, inclusos numa noção mais ampla de classe⁸. Para Weber, como visto anteriormente, "estamento" é uma classificação de ordem social, ao passo que classe é uma divisão segundo a ordem econômica. Portanto, trata-se de conceitos trans-históricos, no sentido de que ambos podem coexistir em diversas sociedades, de diferentes épocas⁹.

No conjunto da obra de Marx, podem ser identificados três planos diferentes no qual as classes são concebidas. O primeiro e mais abstrato se dá na clivagem entre sociedades de classes - que incluem o capitalismo e todos os modos de produção anteriores, com suas respectivas formas de propriedade - e uma sociedade sem classes (comunismo). Nas sociedades de classes, a divisão do trabalho e a propriedade produzem clivagens sociais que instauram a desigualdade e a exploração entre os homens, de um grupo sobre outro¹⁰ (MARX e ENGELS, 2007). O comunismo, por outro lado, eliminaria as classes ao extinguir o fundamento material de sua existência, introduzindo a igualdade de fato entre os homens e acabando com a exploração do trabalho alheio. Esse ponto de vista da apresentação geral da história nos dá a base para compreender o papel das classes nas sociedades, mas é ainda muito abstrato para fins sociológicos.

O segundo plano é o da teoria crítica do capitalismo empreendida por Marx. A análise concentra-se, assim, na contradição fundamental entre duas classes: burguesia X proletariado (capital X trabalho) – assim como o era senhor X escravo ou senhor feudal X servo em modos de produção anteriores. Se o capítulo XXIV d'*O Capital*, sobre a acumulação primitiva, revela a

⁷ Como, por exemplo, em relação aos escravos, que, segundo Weber (2004, p.177) constituem um estamento.

⁸ No *Manifesto Comunista* (MARX & ENGELS, 1998), "classe" é usada para designar todos os grupos sociais aos quais se faz referência: burgueses, proletários, patrícios, servos, escravos, etc. (MARX & ENGELS, 1998)

⁹ Weber (2004, p.179) argumenta que, embora na Antiguidade as divisões se deem fundamentalmente por estamentos, conflitos de *classe* surgiram entre credores, de um lado, e camponeses e artesãos devedores, de outro.

¹⁰ A dominação não envolve apenas o uso da força ou da coerção. Ela possui uma dimensão ideológica também, pois a visão de mundo da classe dominante impõe-se ao conjunto da sociedade: "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua



gênese das classes no capitalismo, ou seja, o processo histórico de expropriação de trabalhadores dos seus meios de produção, é no capítulo XXI, sobre a reprodução simples, que é possível se aprofundar na dinâmica social em movimento. Nesse capítulo, fica claro como o próprio ciclo do capital repõe suas condições iniciais, produz reiteradamente a separação entre força de trabalho e meios de produção e, portanto, as condições que perpetuam as classes burguesa e proletária. Até mesmo o consumo individual e "improdutivo" do trabalhador, se visto da perspectiva de classe, faz parte do processo de valorização do capital. Isso, somado a todo o processo de extração da mais-valia descrito nos capítulos anteriores, configura a determinação mútua das classes: o proletariado como o negativo da burguesia. Devido à contradição inexorável existente, o conflito social está não só potencialmente dado como em processo contínuo:

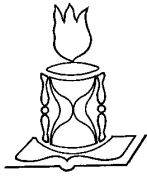
Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou — fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. (...) O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista. (MARX, 1985, p.156)

E, mais adiante:

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado. (MARX, 1985, p.161)

Nesse sentido, tem-se aí um caso exemplar da modalidade sociologicamente forte de entender as divisões sociais. Por um lado, não se trata de simples hierarquização de grupos através de certos atributos e, por outro, a determinação dialética recíproca das classes torna impossível pensar uma sem a outra e é isso que conforma a estrutura da sociedade, seus mecanismos de exploração do trabalho, de apropriação de riqueza, etc. Contudo, o conflito político não está diretamente posto, pois a ênfase está no capital e na sua apresentação lógica. Centra-se, portanto, sobretudo na questão capital *versus* trabalho do que na luta de classes em si. Em outras palavras, a ênfase está no que se chama "classe para si", ou seja, na posição

disposição os meios para a produção material dispõe também dos meios da produção espiritual" (MARX e ENGELS, 2007, p.47)



estrutural (lugar na produção) ocupada pelos indivíduos que os colocam materialmente nas mesmas condições. No caso: detentores de meios de produção, de um lado, vendedores da força de trabalho, de outro.

O terceiro plano identificado na obra de Marx é, então, o mais “concreto” e está sobretudo presente nos escritos do autor sobre a França de 1848 (MARX 1956, 2000). Nesses textos, por meio da descrição e análise de um evento histórico, as classes ganham contornos mais nítidos e a política fica em destaque. Surge então a dimensão da “classe para si”, ou seja, da formação de uma consciência de classe: através de um processo histórico, político, cultural e social, indivíduos nas mesmas condições materiais se reconhecem como classe e passam a estar em condições de agir enquanto tal¹¹.

Além das duas principais classes que estão no cerne da contradição sistêmica e que polarizam a dinâmica política, aparecem outras classes e frações de classes em ação: burgueses republicanos, burgueses legitimistas, proletários, camponeses, lumpenproletários¹², etc. Não obstante, o fundamento material da existência de cada classe e que a coloca em determinada relação com as demais é mantido, assim como as relações de exploração e dominação¹³. Vemos, assim, como na descrição mais factual, a riqueza das divisões sociais aflora, sem que, contudo, o elo social orgânico entre as classes seja perdido. Quando Marx olha para a lógica do capital, não pode dar conta dessa diversidade, ao passo que quando o foco é a política essa faceta pode ser mais explorada.

Perspectivas contemporâneas: teorias neomarxistas e neoweberianas

O século XX, sobretudo na segunda metade, assistiu a transformações sociais importantes que geraram novos problemas sobre estratificação e conflitos sociais aos quais a sociologia teve que dar respostas. Em resumo, trata-se da questão do aumento da complexidade das sociedades capitalistas e da “sofisticação” das classes médias. O aumento vertiginoso da produtividade industrial que propiciou o consumo massificado alterou drasticamente os padrões

¹¹ Isso fica especialmente claro quando Marx (2000, p.137) define a situação do campesinato francês como a de “batatas em um saco de batatas”: embora eles estejam na mesma situação material (sejam uma classe em si) não há condições suficientes para que eles se reconheçam como classe e se façam representar politicamente (se tornem uma classe para si).

¹² Grupo social situado abaixo do proletariado por estar em situação de total exclusão socioeconômica ou de incapacidade para o trabalho.

¹³ Assim, é possível compreender por que razões: o lumpenproletariado e o campesinato não conseguem se constituir plenamente como classe e acabam sendo a base de apoio de Luis Bonaparte, que canaliza sua representação política; a pequena burguesia oscila politicamente entre o proletariado e a burguesia (ela está a mercê da burguesia, mas tem apego à propriedade privada e teme cair no proletariado); Orleanistas e Legitimistas não conseguem uma aliança estável (os primeiros representam o grande capital e os segundos, a aristocracia fundiária), etc.

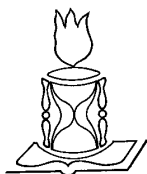


de consumo e exacerbou algumas diferenças sociais. A diversificação na hierarquia interna das empresas ressaltou as clivagens entre trabalho intelectual e manual, entre posições de mando e de execução e entre trabalho qualificado e não-qualificado. A urbanização acentuada dos países, principalmente do terceiro mundo, reduziu muito o peso do campesinato, ao passo que as classes médias cresceram e se diversificaram. A partir dos anos 1970, o setor industrial perde importância relativa comparado ao de serviços e às finanças, o que também exigiu esforço renovado para pensar a questão.

Nesse sentido, alguns autores buscaram recuperar o legado de Marx e Weber, com forte viés empírico, para tentar mapear as divisões sociais. O sociólogo americano Erik Olin Wright, considerado um “neomarxista”, é um exemplo relevante, na medida em que formula um modo próprio de análise numa tentativa ao mesmo tempo de ser fiel às premissas do marxismo e de obter uma riqueza descritiva da estratificação social dos EUA. Ele definirá então as classes centrando-se no conceito de *exploração*, tentando codificá-lo tomando como base o modo de apropriação de certos “ativos” no interior do processo produtivo: propriedade dos meios de produção; qualificação; e organização (exercício da dominação dentro da produção)¹⁴. A combinação da posse ou não de tais ativos (verificada através de pesquisa empírica) conforma o esquema de classes sociais. Dá-se origem, assim a 12 posições diferentes: burguesia, pequenos empregadores, pequena burguesia, administradores e gerentes credenciados, supervisores credenciados, não-gerentes credenciados, administradores semicredenciados, supervisores semicredenciados, trabalhadores semicredenciados, gerentes não credenciados, supervisores não credenciados e proletários.

É interessante notar que apesar dessa formulação alguns autores imputam-lhe tendências weberianas (SCALON, 1998). Primeiramente, devido ao fato das classes serem definidas de acordo com ativos possuídos ou não pelos indivíduos. Isso implica privilegiar a situação de emprego – que define as tendências quanto aos interesses materiais e às formas de ação coletiva e de competição – e, portanto, aproximar-se da idéia de “situação de mercado” de Weber. Em segundo lugar, porque se trataria de uma estrutura composta de “lugares vazios” nos quais os indivíduos se posicionariam, sem levar em conta fatores culturais, simbólicos ou políticos. Tal posicionamento definiria as condições nas quais os indivíduos agem e que limitam suas possibilidades e interesses (sua “situação de classe”), e teria características de gradação e não fundamentalmente relacionais. Nesse sentido, Wright acaba por negligenciar de certa forma

¹⁴ Cabe observar que Wright foi aprimorando e reformulando seu método ao longo dos anos. Esse é o esquema que ele adota partir dos anos 1980, quando o atualiza de modo importante.



a contradição sistêmica do capitalismo e o mecanismo de reprodução das classes sociais, enfraquecendo a análise do ponto de vista tanto marxista¹⁵, como sociológico em sentido amplo.

Essas observações cabem também para Goldthorpe, que, trabalhando explicitamente com noções weberianas, é identificado como "neoweberiano". O autor utiliza dois elementos básicos: "posição de mercado", ou seja, o lugar ocupado na estrutura econômica, e "posição de trabalho", que se refere ao lugar nas relações de produção. Embora também sofrendo alterações ao longo dos anos, o mapa de Goldthorpe dá origem a sete classes, como resume Scalon (1998):

"Classe I - Profissionais, administradores e *officials* de alto nível; gerentes de grandes indústrias e grandes proprietários.

Classe II - Profissionais de baixo nível, técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços; e supervisores de trabalhadores não manuais.

Classe III - Empregados no setor não manual de rotina.

Classe IV - Pequenos proprietários, artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria.

Classe V - Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais.

Classe VI - Trabalhadores manuais qualificados na indústria.

Classe VII - Trabalhadores manuais semiquilificados ou sem qualificação e trabalhadores na agricultura".

Muitas das críticas formuladas acabam, assim, sendo válidas para ambos os autores¹⁶. Comentando tanto a teoria de Wright quanto a de Goldthorpe, José Santos menciona a crítica de Crompton:

Essas tentativas são defeituosas já que não é possível empiricamente estudar as 'classes' isoladas de outros fatores que estruturam a divisão do trabalho como um todo. Crompton analisa o uso problemático da variável ocupação como medida de classe. Posições ocupacionais não incorporam as diferentes dimensões da desigualdade nem capturam adequadamente a realidade das relações de classe. Além disso, classe tem sido pensada teoricamente como algo mais que simples agregados ocupacionais. (SANTOS, 1998, p.402)

Nenhuma das duas teorias parece, assim, vincular satisfatoriamente a posição do indivíduo à sua ação em termos de classe:

¹⁵ Ele definiria classes em si, de forma muito estrutural, negligenciando o processo de formação de classes para si.

¹⁶ Uma crítica importante específica a Goldthorpe seria, por exemplo, a ausência do critério de "propriedade".



Tais estudos tenderam a dissociar completamente as classes sociais da ação coletiva e, mais ainda, de qualquer atividade simbólica. (...) as 'classes' são definidas 'objetivamente' pelo analista, que não incorpora analiticamente as práticas classificatórias dos próprios agentes que ocupam aquelas posições (SALLUM JR., 2005, p.25)

Por outro lado, Santos também aponta que Wright reconhece certos problemas da sua análise e tenta articular melhor alguns elementos, buscando sofisticá-la e dar-lhe maior alcance sociológico:

O modelo analítico (que não pretende ser uma teoria geral) articula as dimensões de estrutura, formação e luta de classes. A estrutura de classes impõe limites à formação, ou seja, à organização coletiva das forças de classe, assim como às suas lutas. Três são os mecanismos básicos de imposição de limites: a moldagem dos interesses materiais dos indivíduos, os padrões de identidades emergentes das experiências de classe vividas e a determinação dos recursos materiais disponíveis. Já a formação de classe seleciona as lutas possíveis, que, por fim, retroagem e transformam tanto a estrutura quanto a formação de classe. As práticas de classe, em certa medida, transformam as estruturas que as limitam. (SANTOS, 1998, p.395)

Além disso, importantes contribuições sociológicas foram, de todo modo, dadas por ambos os autores. Um exemplo é o estudo de Wright (2003) comparando os padrões de expansão dos empregos na década de 1960 e de 1990 nos EUA. O autor mostra como o *boom* dos anos 1990 gerou um padrão assimétrico de expansão: alto no terço mais elevado (impulsionado pelo setor de alta tecnologia), limitado no centro (devido ao declínio da manufatura) e moderada no terço mais baixo (com forte "hispanização" da força de trabalho). O resultado foi um crescimento desfavorável à força de trabalho em comparação a expansões anteriores – inclusive com mudanças expressivas em termos de gênero e de raça - que aponta para transformações significativas da sociedade estadunidense. Uma ilustração disso está, por exemplo, no crescimento acentuado dos "Mc Jobs" (empregos no setor de serviços mal pagos, pouco seguros e com poucas chances de ascensão).

A incorporação do simbólico: Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu, por outro lado, é um expoente de uma via analítica distinta, ao conceber as classes como "coletividades sociais constituídas tanto no plano material como no plano cultural" (BERTONCELO, 2013, p.1). Ele busca, de certo modo, superar certo marxismo (especialmente de viés estruturalista¹⁷), ao incluir no centro da análise, além do fator econômico,

¹⁷ Cabe notar que há vertentes do marxismo que procuraram inserir a dimensão cultural e simbólica na discussão sobre as classes, como é o caso notável de Antônio Gramsci.



as dimensões culturais, simbólicas e sociais. Nesse sentido, a teoria de Wright ilustra bem certas críticas que o autor elabora (BOURDIEU, 2010, cap. VI).

Em primeiro lugar, cabe a já mencionada crítica ao “economicismo”, na medida em que Wright dirige seu olhar exclusivamente para a esfera econômica e, mais precisamente, para o interior do processo produtivo e para a estrutura de empregos.

Em segundo lugar, aplica-se também a crítica ao “intelectualismo”. Embora contenha estudos empíricos, a teoria de Wright estabelece critérios e posições de classe *a priori* (“classes no papel” nos termos de Bourdieu). Os dados servem preponderantemente para hierarquizar os indivíduos e realizar retificações de um modelo previamente construído. As visões de mundo dos indivíduos, suas classificações e autoclassificações não são levadas em conta na análise.

Por fim, Wright poderia ser ainda taxado de “objetivista”, na medida em que sua ordenação é essencialmente posicional e material. As disputas e conflitos entre as classes e entre os atores sociais são basicamente oriundas de interesses materiais. As lutas simbólicas por poder e distinção (BOURDIEU, 2008) não tomam parte na teoria, o que, aos olhos de Bourdieu, talvez não capte o fundamental.

Em suma, Wright poderia ser criticado, em última análise, por restringir-se à esfera econômica, elaborar classes teóricas, mas que talvez não existam na prática, e por desconsiderar as lutas simbólicas. A teoria de Bourdieu, por outro lado, para além de considerar fatores “objetivos” para definir as classes e suas práticas, tomará como centrais essas relações de ordem simbólica.

No nível objetivo, concebe-se um espaço social heterogêneo (multidimensional) no qual os indivíduos ocupam posições específicas de modo relacional. O lugar de cada um é definido através de dois critérios: o *volume* de capital possuído e sua *qualidade* (tipo de capital). Para Bourdieu (2010), “capital” é um atributo dos indivíduos mobilizado como forma de poder, ou seja, de probabilidades de ganho em cada campo do espaço social. Há diversos tipos de capital: o econômico, o cultural (educação, erudição, etc.), o social (relações sociais privilegiadas, contatos, etc.) e o simbólico (que na realidade refere-se ao reconhecimento do poder e prestígio pelos agentes). Mesmo nesse plano mais objetivo, Bourdieu tenta evitar o determinismo ou a unicausalidade:

A classe social não é definida por uma propriedade (...) nem por uma soma de *propriedades* (...), mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (BOURDIEU, 2008, p.101)



Contudo, as posições assim definidas são lógicas, teóricas, prováveis (“no papel”). Para confirmá-las, ajustá-las ou negá-las é preciso recorrer à empiria, já que o fator subjetivo (classificações, autotaxiações, etc.) deve ser incorporado à análise (BOURDIEU, 2010). Isso pode ser feito uma vez que as posições objetivas definem “*habitus*” específicos de classe, ou seja, padrões pré-reflexivos de comportamento e de conduta tendencialmente seguidos pelos membros da classe (“classe incorporada”)¹⁸. O *habitus*, por sua vez, funcionando ao mesmo tempo como orientador da ação (princípio gerador de práticas) e como modo de distinção (sistema de classificação das práticas pelos agentes), tende a reforçar a legitimidade das posições que o geram. Em resumo:

Entre esse cálculo teórico e as práticas efetivas das diferentes classes há uma ponte a construir. Para Bourdieu o que faz a ponte entre as posições objetivas de classe – materiais e culturais – e suas práticas não é a consciência e sim o *habitus* de classe. Trata-se, o *habitus*, de um conjunto de *disposições* de conduta de cada classe em relação às outras, que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classes. Estas disposições de conduta das várias classes, os seus *habitus*, estão segundo Bourdieu *aquém* do nível da representação explícita e da expressão verbal. O *habitus*, diz ele, é mais um *inconsciente de classe* do que uma consciência de classe. (SALLUM JR., 2005, p.28)

O *habitus* define estilos de vida diferenciados e se expressa nos comportamentos mais cotidianos. Um exemplo pode ser esclarecedor de como o *habitus* não se define apenas pelo capital econômico, uma vez que burgueses, de um lado, e intelectuais/artistas de renda mais elevada, de outro, possuem práticas culturais distintas, já que o capital cultural destes tende a ser maior do que o daqueles; e que os contramestres, embora com renda mais elevada, ainda possuem gosto próximo ao “popular” (BOURDIEU. 2006, p.167-168). No que se refere às práticas alimentares, embora as restrições de renda possuam sua importância na limitação do acesso a certos bens, as diferenças entre as classes dominantes e as classes populares não se reduzem a esse aspecto.

Segundo os estudos de Bourdieu na França, as classes populares possuem uma “moral da boa vida”, gostam de comer e beber bem e numa relação generosa e familiar, ao passo que as classes mais abastadas são adeptas da “sobriedade para a magreza” e da refeição mais cerimoniosa (convites mais formais para comer, um prato de cada vez e em certa ordem, comer

¹⁸ “Convém retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, o *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar



sem precipitação, etc.). Isso se reflete no tipo de alimento consumido e mesmo no quanto se despende com alimentação (Cf. BOURDIEU, 2006, p.171-172). Além disso, como foi dito, há diferenças entre os diversos estratos das classes superiores (BOURDIEU, 2006, p.175-176). Industriais e comerciantes – em relação a profissionais liberais e professores –, por exemplo, atribuem maior importância ao consumo de produtos à base de cereais, aos vinhos, às conservas de carne e caça e mostram menor interesse por carne, frutas e legumes secos.

Bourdieu conclui, assim, que as classes populares dão ênfase à “substância”. No caso, comer bastante, comidas gostosas, pelo prazer imediato de se satisfazer, ao passo que as classes dominantes privilegiam a forma/modo, comendo com formalismos e requintes, adiando o prazer, numa “estetização das práticas” e vendo nos hábitos populares o “vulgar”, e mesmo o animalesco. Essas classificações e auto-classificações, expressas no gosto, estabelecem as distinções entre classes sociais que vão além do econômico ou que talvez o expressem em outro nível.

Para além do *habitus* e do volume e qualidade do capital, é necessário considerar ainda a existência de diversos “campos” do espaço social, que possuem regras particulares que influenciam no modo de ascensão e declínio dentro dele. Cada um deles (econômico, acadêmico, político, etc.) estabelece uma hierarquia própria entre os diversos tipos de capital¹⁹, muito embora o campo econômico (na nossa sociedade) tenda a impor sua estrutura aos demais (SALLUM JR., 2005, p.27-28 ; BOURDIEU, 2010, p.154).

A partir desses três conceitos-chave de Bourdieu (capital, *habitus* e campo) tem-se o essencial para compreender um elemento fundamental de sua teoria: a luta simbólica. O volume e a composição dos capitais só podem delinear classes de fato quando dão origem a *habitus* específicos que são reconhecidos pelos agentes. Os que estão “em cima” querem sempre se distinguir e os que estão “embaixo” querem ascender. São travadas, dentro dos campos, disputas simbólicas pela legitimidade das regras sociais. Nesse sentido, os capitais são mobilizados como armas por excelência desse jogo de forças. As possibilidades e limites de classe são definidos pela percepção do mundo de seus agentes, que está condicionada tanto por um lado objetivo (posição no espaço social) como pelo lado subjetivo (lutas simbólicas que relativizam, conferem certa flexibilidade ao aspecto objetivo). Nesse sentido, como ressalta

práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*” (BOURDIEU, 2008, p.97).

¹⁹ “Sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe e sua eficácia das leis específicas de cada campo*”. (BOURDIEU, 2008, p.107)



Sallum Jr., há uma espécie de atualização da concepção weberiana de estamento, que de certo modo se coaduna à de classe:

Quer dizer, os agentes procuram 'distinguir-se', diferenciar-se socialmente de outras classes ou frações de classe. Assim, o espaço das classes traduz-se em um espaço de estilos de vida, diferenciados e hierarquizados de alto a baixo. Desta perspectiva, o conceito weberiano de estamento se 'moderniza', já não se opõe em princípio à classe, torna-se inerente a ela (SALLUM JR., 2005, p.28-29)

Assim, é possível constatar na teoria de Bourdieu a tentativa de conservar um componente objetivo na formação das classes, definido teoricamente, mas também de escapar de um realismo teórico, já que a classe real não corresponde totalmente à classe da teoria. Encontram-se presentes, de um lado, certo entrelaçamento das duas categorias weberianas de classificação (a econômica/pelo mercado e a social/pela honra) e a preocupação de Weber com a questão da dominação, e, de outro, as determinações materiais tão caras a Marx e sua insistência nos mecanismos de reprodução social. Nesse sentido, Bourdieu retoma de forma engenhosa elementos fundamentais de autores clássicos para analisar a complexidade das sociedades contemporâneas, situando-se no que se definiu anteriormente como a modalidade sociologicamente mais forte de compreender as classes.

Não obstante, críticas importantes foram feitas a Bourdieu, das quais duas merecem ser mencionadas. A primeira é a de que, embora o autor confira um papel relevante ao capital econômico, a multiplicidade de fatores constituintes da classe cria uma espécie de indeterminação, tornando difícil saber quais são as relações de interdependência entre os tipos de capital possuído pelos indivíduos, assim como o que é mais influente na constituição da classe - e, portanto, o que é central na transformação social.

Em segundo lugar, e vinculado a isso, os mecanismos de reprodução social parecem ser ainda mais férreos do que em Marx, já que não se fundam somente na esfera econômica. Capital econômico e capital cultural, que se condicionam mutuamente, seriam fundamentais na determinação da classe e ainda seriam complementados pelas demais formas de capital. Isso criaria dificuldades para a teoria explicar a mudança social e as formas de resistência à determinação social. Por isso, Sallum Jr. propõe que se volte ao conceito marxista de "contradição", tentando talvez reintroduzir a dialética na teoria para aperfeiçoá-la:

O conceito de *contradição*, central em Marx, referia-se precisamente à presença de 'inconsistências' na estrutura das sociedades capitalistas que constituiriam suas fontes potenciais de conflito e transformação. Embora o conceito não tenha centralidade na teoria social contemporânea, sustenta-se aqui que sua elaboração é chave para superar as dificuldades apontadas no esquema teórico



de Bourdieu e para desenvolver uma teoria que vincule estrutura social e ação coletiva, classe e transformação social. (SALLUM JR., 2005, p.32)

Considerações Finais

Passamos em revista, tentando sistematizar de alguma forma, teorias importantes sobre as classes que pautam boa parte do debate atual. Contudo, dada a complexidade da questão, da profusão de trabalhos a respeito e, sobretudo, do escopo reduzido deste artigo, não parece adequado elaborar propriamente conclusões. A título de encerramento, portanto, serão apontados três elementos específicos relevantes para a discussão contemporânea que não foram abordados ao longo do texto.

Um primeiro ponto é a questão da relação entre classes e ação política. A teoria marxista, por exemplo, sempre tentou articular (de forma mais ou menos mediada) ambos os termos no intuito de identificar o sujeito da mudança social. Viu-se anteriormente que Weber, por outro lado, é mais reticente e não vê uma ligação *necessária* entre situação de classe e ação de classe, embora indivíduos numa mesma situação de classe tenham uma probabilidade maior de levar a cabo uma ação social conjuntamente.

A segunda metade do século XX assistiu a inúmeras manifestações políticas que tornaram mais complexa a relação entre classe e ação política. Os acontecimentos de maio de 1968, o surgimento ou fortalecimento dos movimentos ecologista, negro, feminista, etc. pareceram colocar em destaque outras formas de identidade como fatores de mobilização política. A análise sociológica, sobretudo marxista (mas não só), precisou lidar com esse fato e ainda hoje as discussões prosseguem, seja incorporando a questão na análise, seja refutando a força explicativa dessas outras identidades (ou ao menos as subordinando à classe).

Estudos recentes sobre as transformações gerais ocorridas no capitalismo a partir da década de 1970, ainda colocaram outros desafios para a análise. A questão da “financeirização” do capitalismo (CHESNAIS, 1998; 2005), por exemplo, implica uma revisão cuidadosa das divisões tradicionais internas à burguesia (financeira, industrial, comercial, etc.). A penetração da lógica do “capital portador de juros” (MARX, 1985, livro III, seção V) nas empresas leva Chesnais (1996) a adotar o termo “grupos financeiros de predominância industrial” - sobretudo para designar os grandes grupos transnacionais²⁰. Nesse sentido, partindo da hipótese de que o

²⁰ No Brasil, o caso da Sadia foi emblemático. Em decorrência da crise de 2008 e da decorrente guinada acentuada na cotação do dólar, ela acabou falindo e sendo comprada. Suas operações no mercado de câmbio superavam em muito seu volume de exportações (que justificariam operações de proteção nesse mercado). A pergunta que fica é: até que ponto a Sadia era uma empresa produtora de alimentos que operava no mercado financeiro ou uma especuladora no mercado de derivativos financeiros que possuía uma atividade produtiva?



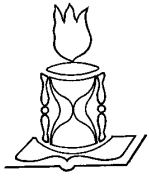
capital se unifica cada vez mais, caberia investigar até que ponto o “capitalista industrial” e o “capitalista monetário”, duas figuras tradicionalmente distintas, possuem interesses divergentes e configurariam, pelo menos do ponto de vista objetivo, frações distintas da burguesia.

Por fim, o debate brasileiro atual tem se concentrado na questão da “nova classe média” e das transformações ocorridas na estrutura de classes a partir da posse de Lula e da implementação de seus programas sociais. A controvérsia se situa, basicamente, em como interpretar a ascensão, sobretudo *econômica*, de uma parte expressiva das camadas D e E à classe C, portanto em qual o significado do termo “nova” e mesmo de “classe média”. Volta-se, assim, à discussão do economicismo apresentada no início deste artigo. Muitos autores (Cf. BARTELT, 2013) questionam até que ponto faria sentido, em termos sociológicos, usar o termo “classe média” para um grupo cujo rendimento familiar se situava, em 2008, entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00, sabendo que a “classe média tradicional” é definida por fatores que vão muito além dos rendimentos (incluindo acesso a determinados tipos de bens e serviços, o exercício de determinadas profissões, etc.)²¹.

Dessa forma, a classe C seria *média* apenas por se situar na faixa de rendimento mediano do país. Por isso, certos autores puseram-se a analisar o que eles consideram ser frações do proletariado (mas que incluem pelo menos parte dessa nova classe média), embora divergindo nos conceitos usados. André Singer (2009), por exemplo, usou o termo “subproletariado” (emprestado de Paul Singer), Jessé Souza (2010) fala de “batalhadores” e Ruy Braga (2013) optou pela expressão “preariado”. Este último compara o seu conceito com os outros dois e até resume as diferenças em uma tabela (BRAGA, 2013, p.25-28). Tais diferenças vão desde a definição socioeconômica dessas frações de classes até às considerações político-ideológicas sobre elas.

No caso do subproletariado e do preariado, por exemplo, embora ambas as categorias incluam os que ganham 1 salário mínimo e metade daqueles que ganham entre 1 e 2 salários mínimos, o preariado não inclui o lumpenproletariado (desvalidos, doentes, incapacitados para o trabalho, etc.), mas somente aqueles que se situam no centro da contradição do sistema capitalista (ainda que às margens da exclusão econômica). Do ponto de vista político, o subproletariado, segundo Singer, seria uma fração de classe incapaz de uma organização que os dote de representação política própria, ao passo que o preariado, para Braga, apesar das dificuldades de organização, teria adquirido, ao longo do tempo, uma consciência de classe

²¹ Nos termos de Bourdieu, é possível afirmar que a classe média tradicional não se define apenas pelo capital econômico, sendo fundamental considerar também o capital cultural e simbólico. Conjuntamente, esses capitais configurariam um *habitus* próprio à classe média que vai além da renda/poder de compra.



capaz de fazê-los se mobilizar politicamente. Tal divergência leva a conclusões bastante distintas sobre a forma de ação e as possibilidades de mobilização dessas frações de classe.

Fica claro, portanto, como o tema das classes e da estratificação social permanece um elemento fundamental na compreensão das sociedades contemporâneas e tem suas questões continuamente renovadas. As divergências interpretativas expostas acima servem de exemplo para isso e contribuem para aprimorar o debate.

Bibliografia:

BARTELT, Dawid Danilo. (2013). (org.) *A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

BERTONCELO, Edison R. E. (2013). "Classes e práticas sociais". *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, 28, 81: p.185-211. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100012&lng=en&nrm=iso)

BOURDIEU, Pierre. (2010). *O poder simbólico*. 14ª edição. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre/São Paulo: Zouk/Edusp.

BRAGA, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

CHESNAIS, François. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

_____. (org). (1998). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.

_____. (org.). (2005). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo.

GOLDTHORPE, John. (1988). *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford: Clarendon.

_____. (2007), "Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance". *American Sociological Review*, 72: 512-532. (Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.117.6305&rep=rep1&type=pdf>)

HIRANO, Sedi. (1975). *Castas, estamentos e classes sociais : introdução ao pensamento de Marx e Weber*. São Paulo : Alfa-Omega.



MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. (1998) [1848]. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2007) [1845-46]. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. (1985) [1867]. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural.

_____. (2000) [1852]. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro.

_____. (1956) [1850] "As lutas de classes na França de 1848 a 1850", in: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas - Vol I*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.

SALLUM JR., Brasília. (2005). "Classes, cultura e ação coletiva". *Lua Nova*, 65: 11 a 42. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64452005000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=en)

SANTOS, José Alcides. (1998). "A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright". *Dados*, 41, 2: 377 a 410. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004&lang=pt)

SCALON, Maria Celi. (1998) "Mapeando Estratos: Critérios para Escolha de uma Classificação". *Dados*, 41, 2: 337 a 375. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52581998000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=en)

SINGER, André. (2009). "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos*, 85: 83 a 102.

SOUZA, Jessé. (2013). "A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo" in BARTELT, Dawid Danilo (org.) *A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

_____. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

WEBER, Max. (2004) [1920]. "A distribuição do poder dentro de comunidade. Classes, estamentos, partidos" in WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: UNB.

WRIGHT, Erik O. (1981). *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. DWYER, Rachel. (2003). "The patterns of job expansions in the USA: a comparison of the 1960s and 1990". *Socio-Economic Review*, 1: 289 a 325 (Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/SER%20paper.pdf>).